

Siga nossas redes

JBS lidera debate sobre segurança alimentar na Semana do Clima de Nova York

Companhia destaca desafios e soluções para alimentar 10 bilhões de pessoas até 2050, com foco em sustentabilidade no Sul Global

Analice Nicolau

30/09/2024 12h30

A JBS promoveu um importante debate sobre segurança alimentar e sustentabilidade durante a Semana do Clima de Nova York, reforçando seu compromisso com a construção de sistemas alimentares resilientes ao clima no Sul Global. O CEO global da companhia, Gilberto Tomazoni, e o CSO Jason Weller, lideraram uma série de encontros paralelos à Assembleia Geral das Nações Unidas, discutindo a necessidade urgente de preparar o sistema alimentar global para uma população que deve alcançar 10 bilhões de pessoas até 2050.

Companhia reúne líderes em agricultura e sustentabilidade para debater os desafios da construção de sistemas alimentares resilientes ao clima no Sul Global – Crédito: The Brazilian-American Chamber of Commerce

No evento “Alimentando o Próximo Bilhão – Um Modelo para Construir Sistemas Alimentares Resilientes ao Clima no Sul Global”, realizado no dia 24 de setembro, mais de 50 líderes dos setores agrícola, acadêmico e governamental discutiram estratégias para enfrentar o aumento da demanda alimentar e os desafios climáticos. Organizado em parceria com a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e a Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, o encontro destacou a importância de integrar tecnologia, apoio governamental e acesso ao crédito para que práticas agrícolas sustentáveis possam florescer.

JBS discute soluções para sistemas alimentares resilientes

Ana Paula da Silva, pecuarista brasileira e proprietária da Fazenda Cigana, foi um dos destaques do evento, exemplificando como a rentabilidade e a sustentabilidade podem caminhar juntas com o apoio adequado. “A produção sustentável não é apenas uma necessidade, mas uma oportunidade de crescimento econômico”, afirmou Ana Paula, reforçando o papel crucial da pecuária sustentável no Brasil.

CSO Jason Weller

O CEO global da companhia, Gilberto Tomazoni

Juliana de Lavor Lopes, diretora de Sustentabilidade da Amaggi, também compartilhou sua experiência com a agricultura regenerativa, destacando o trabalho com mais de 6.000 produtores e os benefícios diretos dessas práticas para a saúde do solo e a produtividade. Cristine Morgan, diretora científica do Soil Health Institute, ressaltou o impacto econômico positivo dessas práticas, apontando que a agricultura regenerativa pode aumentar a receita dos produtores em até 150 dólares por acre, especialmente no cultivo de algodão.

Além do evento principal, Jason Weller, CSO da JBS, participou de outros debates importantes sobre sustentabilidade e segurança alimentar, como o painel organizado pelo Financial Times, que abordou o papel das empresas na proteção do capital natural. Weller destacou a importância de unir inovação, soluções baseadas na natureza e investimentos privados para promover sistemas alimentares sustentáveis em escala global. “Com 2,4 bilhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, a urgência de um sistema produtivo e sustentável é evidente”, afirmou Weller.

A JBS continua a se posicionar como líder na busca por soluções que possam garantir a segurança alimentar global, mitigando os impactos climáticos e promovendo valor econômico para os produtores. Ao fomentar parcerias estratégicas e apoiar iniciativas inovadoras, a companhia reafirma seu compromisso

com a sustentabilidade e a produção responsável.

O BB Investimentos recomenda a venda das ações da JBS (BVMF:JBSS3) em estratégia de swing trade, conforme relatório divulgado a clientes e ao mercado nesta segunda-feira, 30 de setembro.

A operação inicial de compra foi sugerida em 29 de abril, ao preço de compra de R\$ 21,79. A variação até agora, considerando proventos, foi de +42,8%.

“Nossa nova operação recordista de rentabilidade representou exatamente o tipo de trade que o algoritmo tenta rastrear, sendo capaz de capturar uma tendência praticamente ao longo de toda sua extensão”, destacaram os analistas Rafael Reis e William Bertan.

“Sua rentabilidade muito acima da média também representa a assimetria que o sistema se propõe a assumir para a manutenção da taxa média de rentabilidade favorável ao longo do tempo”, completam os analistas.

Sobre a estratégia de swing trade

A estratégia de swing trade usa algoritmos para rastrear tendências e sugerir movimentos de curto e médio prazo. Operações do tipo são indicadas para investidores que tenham maior disposição a correr riscos, em busca de ganhos mais robustos no mercado acionário.

“Os momentos de sinalização de operação acontecem quando a média curta (informações de curto prazo) cruza a média longa (informações de médio prazo)”, conclui o BB Investimentos.

Ao sugerir a compra de um ativo, a equipe aponta, posteriormente, o momento de encerramento da operação, seja em um stop gain, quando houve tendência de alta do ativo, ou stop loss, quando a ação apresentou queda.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira, 30, em encontro com empresários realizado no México, que sempre soube que em economia não tem mágica e não se dá “cavalo de pau”.

“Eu sempre compreendi que em economia não tem mágica, você não inventa economia. Não dá um cavalo de pau como se estivesse num carro, numa autopista, num país do tamanho do México. E muito menos você dá um cavalo de pau numa economia do tamanho do Brasil”, disse o presidente brasileiro.

As declarações são dadas em um contexto em que o mercado mantém desconfiança sobre o cumprimento da regra fiscal pelo governo. O próprio indicado por Lula para a presidência do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, presente no encontro com empresários e apresentado por Lula como “companheiro que logo logo será o presidente do Banco Central”, na semana passada declarou que a desconfiança do mercado sobre a execução do arcabouço fiscal está impedindo que as expectativas de inflação convirjam para a meta de 3% dos próximos anos.

Lula também disse que teve sorte em seus dois primeiros mandatos e que está tendo sorte de novo. Dessa vez, não falou em tom de ironia. O petista costuma ironizar adversários que atribuem à sorte os resultados de seu governo. Ele também afirmou que é preciso ter “sensibilidade política” para conduzir as ações no Brasil e no México.

Além de integrantes do governo, o evento tem a presença de nomes importantes do PIB brasileiro, como Joesley e Wesley Batista, da JBS.

Agência pede à Justiça que rejeite a venda da Amazonas Energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pediu para a Justiça Federal do Amazonas que não aceite a ação da Amazonas Energia, distribuidora de energia elétrica do Estado, que insiste na venda de seu controle para a **Âmbar**, do grupo J&F, dos irmãos Joesley e **Wesley Batista**.

A Aneel também solicitou à Justiça que reconsidere decisão que a obrigou a transferir a empresa para o grupo, e classificou como ilegais os pedidos de afastamento e prisão dos diretores da

Aneel, feitos pela Amazonas. Procurados, a **Âmbar** e a Amazonas Energia não se manifestaram.

A **Âmbar** tenta assumir a Amazonas Energia após ter sido beneficiada pelo governo Lula com uma medida provisória que tira da empresa o ônus de ter de arcar com custos do acionamento de usinas termelétricas. A Justiça Federal do Amazonas obrigou a Aneel a aceitar o plano, contrariando análise técnica da agência. O órgão regulador se preparava

para um processo de intervenção na companhia.

Na sexta-feira, ao analisar o caso a agência se dividiu, com dois votos favoráveis à venda e dois contrários, e não autorizou a transferência. A Aneel calcula um custo de R\$ 16 bilhões para o consumidor de todos os Estados se a proposta original dos irmãos Batista fosse aceita.

A Amazonas Energia apresentou um novo pedido para que seu controle seja transferido para a **Âmbar** com base em

uma nova proposta, que derruba para R\$ 14 bilhões a parcela a ser repassada para a conta de luz dos brasileiros.

Com o pedido de afastamento e até prisão dos diretores da agência, a distribuidora amazonense solicitou a nomeação de um interventor do Ministério de Minas e Energia para que a transferência seja efetivada.

NOVA PROPOSTA. O processo está nas mãos da juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe. A Aneel alegou que o novo pedido da Amazonas Energia busca uma nova decisão da Justiça, e não o cumprimento da anterior, pois se baseia na nova proposta do Grupo J&F. Portanto, não poderia ser acusada de descumprimento.

A Aneel diz, no pedido à Justiça, que é “completamente ilegal o pleito de afastamento como medida coercitiva atípica” e que a prisão dos diretores também contraria a legislação. E pediu ainda um “prazo razoável” para analisar a nova proposta da **Âmbar**. ● RENAN MONTEIRO/BRASÍLIA

O pedido de recuperação judicial bilionário da Agrogalaxy, varejista de insumos agrícolas, foi responsável por uma onda de aversão a risco que abateu os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais, conhecidos como Fiagros. O primeiro impacto foi uma queda generalizada das cotas, o que fez com que nove a cada dez fundos registrassem desvalorização - há casos de recuo acima de 35% no ano. Na média ponderada, a depreciação chega a 9%. Agora, em uma espécie de freio de arrumação, os gestores aumentaram a seletividade e estão evitando as emissões de empresas alavancadas, sobretudo do setor de insumos. Os ativos que já estavam em carteira e que são vistos como potencial problema à frente, por sua vez, vêm sendo revistos, com os fundos negociando flexibilização de “covenants”, que são as cláusulas do empréstimo que estabelecem algumas regras, como limite de alavancagem.

Hoje, segundo estudo feito pela plataforma Bloxs, a pedido do Valor, cerca de 70% dos fundos estão com “waiver” (dispensa de cumprimento de exigências contratuais no empréstimo), com atraso ou com desenquadramento de garantias.

Por conta da maior seletividade, um exemplo foi a suspensão da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) da Solubio, empresa que pertence ao fundo de private equity (aquele que compra participação em empresas) Aqua Capital, mesmo controlador da Agrogalaxy. A operação estava em “roadshow” para levantar R\$ 200 milhões, mas a oportunidade de captação se fechou após a recuperação judicial. “O mercado de CRA travou para empresas mais endividadas”, diz um gestor de Fiagro que pediu para não ser identificado. Esses títulos são ativos comprados por Fiagros.

Essa fonte ressalta, porém, que há ofertas de CRA “rodando normalmente”. Entre as poucas operações que estão indo para a rua nos próximos dias, destacam-se Seara (R\$ 1,9 bilhão), Frigol (de proteína, com R\$ 160 milhões) e B8 (biodiesel, com R\$ 200 milhões) - ou seja, empresas maiores e consolidadas. Já a emissão de R\$ 300 milhões da Agropastoril Jotabasso, tida como uma das maiores empresas de semente de soja do país, começou há duas semanas e encerrou na última sexta-feira apenas no valor-base, sem demanda por lote adicional.

Agronegócio distante do mercado

O ponto é que grande parte dos Fiagros é composta por CRAs de produtores rurais ou de cooperativas, revendedores de insumos e frigoríficos, ou seja, nomes distantes dos já conhecidos pelo mercado, tal como as grandes corporações do agro de capital aberto. O próprio advento desse fundo teve apor trás a lógica de levar o capital para nomes antes de fora do mercado de capitais.

De acordo com o estudo da Bloxs, seis Fiagros têm papéis de dívida da Agrogalaxy, a maior exposição entre os outros CRAs de empresas que pediram proteção à Justiça contra seus credores. Ao entrar com uma recuperação judicial de R\$ 3,7 bilhões, a companhia tinha R\$ 700 milhões em CRAs emitidos.

No levantamento da Bloxs, foram considerados 27 Fiagros listados na B3, capturando os mais líquidos. Eles possuem cerca de R\$ 10 bilhões de patrimônio líquido. Como as posições inadimplidas desses fundos somam aproximadamente de R\$ 179 milhões, há 1,8% do patrimônio dos Fiagros enfrentando alguma situação de calote.

A fatia ainda é pouco representativa, mas há muitos casos em que os CRAs estão conseguindo flexibilização, ou seja, os gestores estão optando em não acelerar a dívida, por entenderem se tratar de uma crise pontual. Com isso, esses casos não são considerados inadimplência e, por isso, não compõem o dado.

Ainda na semana passada, mais uma empresa do agro entrou em recuperação judicial, o Portal Agro - um fundo apenas tinha exposição ao papel, mas foi uma nova RJ a chamar a atenção. Há outros casos no ano de recuperação judicial no setor. Ao CRA do Grupo Castilhos há três Fiagros expostos, ao do

Grupo Mitre (referente ao Elisa Agro) e Três Irmãos, são dois em cada; a Schekel e Piva, um fundo comprado em cada, ainda de acordo com a Bloxs.

Isso não quer dizer que a exposição não tenha sido maior, visto que muitos Fiagros venderam os papéis problemáticos no mercado, especialmente para fundos especializados em situações especiais, conhecido como “special sits”, que vêm tendo forte crescimento no país.

Crise conhecida

A crise no agronegócio é explicada por uma série de fatores. Preço em queda das commodities, alta de juros, aumento do valor dos fertilizantes desde a eclosão na guerra na Ucrânia e questões climáticas funcionaram como uma tempestade perfeita contra o setor. E, no pano de fundo, os produtores rurais, no geral, estão ainda mais alavancados.

Guilherme Sharovsky, responsável pelo estudo da Bloxs, afirma que, nos últimos meses, alguns emissores conseguiram renegociar com seus credores - e saíram, com isso, da lista de inadimplência. Outro gestor de Fiagro, que também preferiu falar na condição de anonimato, afirma que a indústria tem sido ao longo dos últimos meses mais proativa em buscar negociações, exatamente por conta do ciclo de mais desafios do agronegócio.

“Estamos vendo alguma flexibilização em todos os casos, já que nesse período houve uma grande variância de receita, Ebitda e dívida das empresas”, comentou. Um dos casos foi novamente o da Solubio, que conseguiu um “waiver” com esses credores. Segundo ele, isso denota um maior amadurecimento da indústria.

O Brasil está muito bem posicionado nesse segmento”

— Marianne Moraes

Mesmo assim, a queda do valor das cotas tem ocorrido. Um dos gestores consultados comenta que o investidor não faz distinção de qual teve problema e acaba saindo dos fundos em geral. Ele diz ainda que existe maior volatilidade no valor das cotas nos produtos com alta exposição a pessoas físicas. Sharovsky, por sua vez, afirma que os números mostram pouco impacto no patrimônio, mas a queda do valor das cotas em bolsa reflete um cenário mais drástico. “Essa precificação não é racional”, afirma.

Segundo dados da B3, hoje o patrimônio líquido total da indústria é de R\$ 11,8 bilhões, considerando o último dado divulgado, em agosto. Ao todo são 548,4 mil investidores, sendo que a vasta maioria é de pessoas físicas - 547 mil -, em grande parte atraídas pela isenção de Imposto de Renda.

Sharovsky afirma, por outro lado, que é natural que o caso da Agrogalaxy tenha chamado atenção, levando a uma fuga de pessoas físicas do papel. De acordo com ele, as carteiras do Fiagro são muito diversificadas, não só em nomes, mas em regiões e setores e que a queda vista dos fundos hoje é maior do que as projeções de perdas.

A Agrogalaxy, segundo ele, não era vista como um caso de risco, até mesmo por ser uma empresa listada. Dentre os Fiagros que tinham o seu papel, os fundos não eram “high yield”, com um maior risco embutido. Com isso, os investidores mais conservadores venderam suas posições. “Vai demorar um pouco até que o investidor selecione os fundos que deram problema e o mercado se estabilize”, avalia um dos gestores.

Teste para os Fiagros

Marianne Moraes, gestora de fundos de crédito privado na Inter Asset, vê o caso como um teste importante para a classe. “Faz parte do processo de amadurecimento, porque ainda existe desfuncionalidade em relação ao conhecimento do investimento.”

A Inter Asset, diz Moraes, mudou sua forma de avaliação das emissões e agora olha não só garantias

oferecidas, mas também capacidade de repagamento. Ela frisa, porém, que o governo tem cada vez menos capacidade de investir nesses setores que exigem recursos de longo prazo, caso da infraestrutura, ou constante, no caso do agro. “O Brasil está muito bem posicionado nesse segmento e vai demandar muito investimento, mas consciente, com conhecimento das especificidades do setor”, afirma Moraes.

O sócio de mercado de capitais do VBSO Advogados, José Alves Ribeiro Júnior, aponta que os casos, apesar de grandes, são pontuais, mas existe uma aversão agora porque o investidor pessoa física ainda tem a percepção de que a renda fixa é livre de risco. Ele lembra que desde a lei que regulamentou os Fiagros - e permitiu fundos que emulam fundos de direitos creditórios (FIDC), imobiliários e de participação - os que mais têm crescido são os que compram “papel”, ou seja, os CRAs. E esses papéis, por se tratarem de crédito privado, observam um aumento de casos de inadimplência a depender do ciclo econômico.

A Elisa Agro afirmou, em nota, que direcionou todos os esforços para solucionar as dívidas antes de recorrer à RJ. Solubio e Agrogalaxy não comentaram. Três Irmãos, Portal Agro, Castilhos, Schekel, Piva e Jotabasso não retornaram ao contato do Valor.

Em processo de recuperação, Languiru tem resultado positivo no 1º semestre

Facebook Tweet LinkedIn Email ShareThis

Por Anna Flávia Rochas em 01/10/2024

A Cooperativa Languiru, que passa por processo de recuperação, teve um resultado positivo de R\$ 2,59 milhões no primeiro semestre de 2024, como resultado das medidas de reestruturação do grupo, segundo informações divulgadas pela cooperativa na semana passada.

Associados da cooperativa aprovaram em assembleia geral na terça-feira (24) o balanço financeiro e algumas reformas no Estatuto Social visando a recuperação e reestruturação do grupo.

Entre as mudanças aprovadas no estatuto, está a limitação do número de reeleições para o cargo de presidente da cooperativa para apenas uma única reeleição, com no máximo oito anos no cargo.

Em julho, associados da cooperativa aprovaram a prorrogação do processo de reestruturação da Cooperativa Languiru por mais 12 meses, até 18 de julho de 2025. A cooperativa passa por processo de reestruturação desde julho de 2023.

Localizada no Vale do Taquari (RS), a Languiru atua nos segmentos de aves, leite e ração.

No início de 2024, a Languiru firmou parceria com a JBS para realização de abates de aves em sua unidade em Westfália (RS).

Facebook Tweet LinkedIn Email ShareThis

O Ministério de Minas e Energia (MME) criticou em nota o impasse da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no caso da Amazonas Energia e citou "total afronta à lei, ao estado democrático de direito e ao poder judiciário".

Na sexta-feira, a diretoria da Aneel ficou dividida na votação do plano de transferência societária da Amazonas Energia para a Âmbar Energia. Com o empate, o regulador divergiu da decisão judicial que determinou o prazo de 48 horas para aprovar os termos do acordo.

"O Ministério de Minas e Energia (MME) entende que o impasse da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), na verdade, não se dá em razão da falta de indicação de um quinto nome para a agência, mas de decisões deliberadas de diretores de descumprirem sentença proferida por juíza federal", disse a pasta.

O ministro Alexandre Silveira tem feito declarações públicas sobre o que ele entende por "descumprimento de políticas públicas por parte de diretores da agência". Ele cita "distorções" no cumprimento das competências legais estabelecidas para o órgão regulador.

BRASÍLIA - Há quatro meses sem o quórum completo na diretoria, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acumula sete processos paralisados em função da falta do voto de minerva para desempate. Na sexta-feira, 27, a falta de um quinto diretor ganhou evidência: a transferência de controle da concessionária Amazonas Energia para a Âmbar, dos irmãos Wesley e Joesley Batista, entrou na lista de empates, pressionando ainda mais o governo.

Ex-diretores e interlocutores ouvidos pelo Estadão/Broadcast apontam que essa demora tem como causa fatores como o aumento da ingerência política nas indicações para os órgãos reguladores, o que acaba resultando na indefinição, já que seria necessário negociar com muitos grupos de interesse.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou publicamente neste mês que um nome definitivo estava em avaliação na Casa Civil. Silveira falou em “democratização” na discussão com o Senado sobre o novo nome. Na prática, faltaria fechar a costura política em um momento em que o Congresso ficou esvaziado por conta do período eleitoral. A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado é responsável pela sabatina dos indicados para a diretoria. Procurado pela reportagem, o MME não respondeu aos questionamentos.

Hoje, a cúpula da Aneel está com uma composição de quatro nomes, incluindo o diretor-geral, Sandoval Feitosa. O secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Gentil Nogueira, é o nome corriqueiro nas conversas para a substituição de Hélio Guerra — que teve mandato encerrado no fim de maio. Por outro lado, na visão de interlocutores, Gentil faria uma “enorme” falta na secretaria de Energia Elétrica, no momento em que está sendo discutida a renovação dos contratos de diferentes distribuidoras de energia e uma “reestruturação” do setor.

Nas tratativas para a indicação de um quinto diretor na Aneel, três nomes internos foram os mais cotados para possível nomeação provisória: os superintendentes André Ruelli, Alessandro Cantarino e Carlos Mattar. Todos veteranos no órgão. A nomeação temporária seria válida até efetivação do novo diretor.

O ex-diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, que atuou entre 2005 e 2009, avalia que há uma situação “afitiva” nas agências reguladoras e critica o atual trâmite na indicação de dirigentes. “Em vez de ser um processo de busca de quem tem um perfil profissional adequado, conhecimento técnico em cada área específica, o que se verifica é a vinculação política dos candidatos. Eu vejo isso como uma nítida deterioração do processo”, disse.

Já Paulo Pedrosa, presidente executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace) e também ex-diretor da Aneel, lembra que a demora na indicação de um diretor tem precedentes, com a figura do diretor temporário sendo necessária.

“É importante ter um colegiado completo, porque isso inclusive permite a diversidade de opiniões. Uma Aneel que traga segurança no mercado afeta (positivamente) o prêmio de risco. Até para que tenhamos energia barata, nós precisamos ter uma Aneel previsível, técnica, independente, com cinco diretores”, defende.

Discussões paralisadas

Na lista de discussão travadas em função do impasse há processos relacionados à interligação elétrica entre as usinas termoelétricas Boa Vista e São Marinho Boa Vista; a interrupções no fornecimento de energia ocorridas no município de Porto Alegre; ou envolvendo uma Pequena Central Hidrelétrica, a PCH Cazuza Ferreira.

Neste mês, mais quatro processos também ficaram com votação empatada. Os dois primeiros envolvem a RGE Sul Distribuidora de Energia e a implantação da Linha de Transmissão SE Feijo (SE Cruzeiro do Sul), paralelamente às margens da rodovia BR-364. Os dois últimos, apreciados em reunião

extraordinária na sexta-feira, 27, tratam da Amazonas Energia.

Na sexta-feira, o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, disse em conversa com jornalistas que já “passou da hora” para a indicação do quinto diretor. Com o empate, o governo fica sob um sinal de alerta. A medida provisória aprovada em junho para possibilitar a transferência de controle da Amazonas Energia ainda não foi apreciada pelo Congresso e perderá validade em 10 de outubro. Ou seja, a Aneel precisaria ter uma definição sobre o tema antes desse prazo.

Na atual composição da diretoria, votam quase sempre em sintonia os diretores Fernando Mosna e Ricardo Tili, em contraposição ao diretor-geral, Sandoval Feitosa, e à diretora Agnes da Costa.

Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel entre 2005 e 2013, lembra que, na sua passagem pelo órgão regulador, houve também meses de quórum incompleto, mas havia uma convergência maior no colegiado. “Um dos problemas é que os quatro diretores que estão lá não se entendem. Então, isso complica”, analisa. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, também tem criticado a divergência entre os atuais diretores.

A Paper Excellence pediu ao STJ o julgamento imediato de um recurso da J&F que busca anular a validade da sentença arbitral que obriga a transferência de 100% do capital da Eldorado Brasil Celulose.

O caso está parado no gabinete da ministra Nancy Andrighi há dez meses. A ação gira em torno de um negócio que vale R\$ 15 bilhões e é considerada a maior disputa societária do país.

No documento encaminhado à Corte, a Paper afirma que a J&F tem adotado, por meio de medidas inadequadas, postura predatória em relação à arbitragem conduzida pela Câmara de Comércio Internacional (ICC) e que deu à empresa o controle acionário da Eldorado.

Diz a petição:

“A mais recente conduta da J&F configurou verdadeira ameaça ao Tribunal Arbitral da suposta prática dos crimes de desobediência, prevaricação e abuso de autoridade, em uma interpretação totalmente equivocada de decisões judiciais – interpretação esta que, inclusive, desconsidera a cautela do Tribunal Arbitral, que sempre comunicou suas decisões aos juízes estatais e obedeceu às decisões que lhe foram direcionadas”.

A suposta ameaça da J&F teria culminado na renúncia do presidente do Tribunal, Juan Fernández-Armesto, e do árbitro Paulo Mota Pinto. Armesto assinou uma carta em que dizia que a permanência no cargo se tornou insustentável a partir de uma petição dos advogados do grupo nos autos que tramitam no TRF-4.

Nesse documento, a J&F lembrava ao árbitro que ele estava obrigado a cumprir a decisão judicial de paralisar a arbitragem, sob pena de serem atribuídos crimes a ele. Na carta, Armesto expressou preocupação com a gravidade das acusações, porque, segundo ele, "árbitros são pessoas privadas a quem as partes confiam voluntariamente a resolução de suas disputas, mas a quem o ordenamento jurídico não concede nenhuma proteção especial".

A última movimentação dessa ação se deu em 23 de janeiro, quando o ministro Mauro Campbell, no exercício da presidência da Corte, atendeu a uma requisição da J&F. Desde então, Nancy Andrighi, relatora do caso, não apreciou o seu mérito.

A batalha se arrasta desde 2017, quando os irmãos Joesley e Wesley Batista, proprietários do grupo J&F, venderam a empresa de celulose ao grupo indonésio.

'Rota da Celulose' no MS

Destaques

O governo de Mato Grosso do Sul, em parceria com a União, planeja leiloar em dezembro um bloco de rodovias com 870 quilômetros. A previsão de investimentos é de R\$ 6 bilhões, além de R\$ 3 bilhões em custos operacionais.

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Até 600 sites de apostas sairão do ar, diz Haddad

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que cerca de 500 a 600 sites de apostas esportivas sairão do ar nos próximos dias porque não têm representação no Brasil. Em entrevista à CBN, Haddad refor

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>



BETS: UMA APOSTA DE RISCO — B1 e B2

Lista de bets liberadas sai hoje; site ilegal terá de fazer reembolso

Plataforma sem autorização sai do ar dia 11 e deve restituir apostador

A relação de empresas de apostas online que pediram autorização ao Ministério da Fazenda para operar no País vai ser conhecida hoje. As bets que não estiverem nessa lista serão consideradas ilegais e proibidas de oferecer apostas. A Fazenda estima o banimento de

500 a 600 sites. Essas plataformas, porém, terão prazo até o próximo dia 10 para que os apostadores possam sacar os recursos depositados. A partir do dia 11, as plataformas irregulares serão derrubadas pela Anatel. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) aconselhou pessoas com dinheiro depositado nes-

ses sites a solicitar o saque dos valores. “Se você tem dinheiro em site de apostas, peça restituição já. Você tem direito de ser restituído”, disse. Até as 19h de ontem, havia 168 pedidos de autorização no Sistema de Gestão de Apostas da Fazenda. De janeiro em diante, as empresas terão de utilizar o domínio “bet.br”.

Indústria de alimentos pede exclusão de beneficiados

A Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) defendeu que pessoas com acesso ao Bolsa Família não possam realizar apostas esportivas, como estratégia para garantir a correta utilização dos

recursos do programa. “A Abia sugere ao poder público estabelecer como critério de acesso ao Bolsa Família a exclusão dos CPFs dos beneficiários do rol daqueles habilitados a se cadastrar e jogar nas bets”, disse

a associação, em nota.

No comunicado, a Abia manifestou preocupação em relação ao crescente volume de recursos destinados a apostas esportivas no Brasil, destacando que mais de 20% do montante

distribuído pelo Bolsa Família tem sido direcionado para esse tipo de atividade.

A associação também disse que o principal objetivo do Bolsa Família, conforme a Lei 16.601/23, é o combate à fome por meio de transferência de renda, e argumenta que permitir que esse dinheiro seja usado

em apostas desvirtua a finalidade do programa, favorecendo a concentração de renda. “Não é justo com o País que o dinheiro do contribuinte, destinado ao combate à fome, seja utilizado para apostas, sob o risco de o Bolsa Família virar um instrumento de transferência de renda às avessas.” ● LEANDRO SILVEIRA

O presidente do conselho de administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, disse nesta segunda-feira, 30, que as casas de apostas online, as chamadas bets, merecem regulamentação estreita para evitar vícios na população. O executivo disse que, em um País carente como o Brasil, instrumentos que incentivam gasto e desestimulam poupança “devem ser coibidos”.

“Seguramente essa questão merece uma disciplina, regulamentação estreita, para que os hábitos não se transformem em vícios. Vícios devem ser coibidos através da educação ou através de uma regulamentação bastante estrita”, disse Trabuco. “Qualquer instrumento como jogos, que possam incentivar o gasto de uma poupança num país tão carente, deve ser coibido”, continuou.

Trabuco fez os comentários ao ser provocado por jornalistas durante o 3º Seminário de Responsabilidade Social, promovido pelo Fórum Permanente de Responsabilidade Social da FGV Conhecimento.

Mais cedo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que até 600 sites de apostas online serão banidos devido a irregularidades. O ministro anunciou que o governo vai fiscalizar de forma mais dura esses sites, com monitoramento de apostas por CPF, a limitação das formas de pagamento e a regulamentação da publicidade dessas empresas.

Uma das saídas para o problema do vício em apostas online, disse Trabuco, é justamente maior educação financeira da população.

“Educação financeira é o eixo principal do sistema bancário brasileiro, para que as pessoas possam tomar o crédito com responsabilidade. A virtude é poupar, e o índice de poupança é importantíssimo para o País crescer”, disse Trabuco.

Ministro quer coibir, mas sem 'demonizar'

Medida para coibir verba social em apostas não vai "demonizar" beneficiários, diz Wellington Dias (Desenvolvimento Social). — B2

‘Queremos coibir uso de benefício social em bets’, afirma ministro

Mudança será feita ‘sem demonizar’ beneficiários de programas, afirma Wellington Dias, do Desenvolvimento Social

ANNA CAROLINA PAPP
BRASÍLIA

O ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, reforçou que o governo trabalha em medidas para coibir o uso de recursos de benefícios como o Bolsa Família em apostas online, mas sem demonizar quem participa desses programas sociais. “Vamos trabalhar para, primeiro, evitar demonizar beneficiários do Bolsa Família por conta das bets”, afirmou o ministro ao **Estadão**. “O centro das atenções é sobre que medidas podemos adotar para coibir o uso de benefício social, como das transferências de renda, e ao mesmo tempo como manter o combate à fome, reduzindo insegurança alimentar e nutricional, e também ajudando pessoas e famílias a superar a pobreza.”

Na semana passada, o Banco Central divulgou que 5 milhões de beneficiários do Bolsa Família enviaram R\$ 3 bilhões via Pix a plataformas de apostas só em agosto. O valor correspondeu a 21% do valor pago pelo governo no mês às 20,7 milhões de famílias que integram o programa.

Diante da repercussão dos dados divulgados pelo BC e do aumento das preocupações com o impacto social e econômico dos jogos de apostas online, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou uma reunião para esta semana sobre o tema com os Ministérios da Fazenda, Desenvolvimento Social, Saúde e Casa Civil.

Lula está no México e deve voltar hoje a Brasília. O encontro com os ministros para bater o martelo sobre as propostas, portanto, deve acontecer após seu retorno à capital federal.

PROPOSTAS. Uma das medidas que devem ser anunciadas é a proibição do uso do cartão do Bolsa Família, que pode ser usado na função débito ou para saque do benefício, para apostas. “O limite zero para

compra de apostas com o cartão Bolsa Família é um passo importante”, afirma Dias.

Ele também reforçou, como já disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que haverá um monitoramento por CPF dos apostadores, conforme já estava previsto na regulamentação. “Com o controle pelo CPF, poderemos adotar outras medidas, inclusive oferecendo

.....
“Vamos trabalhar para, primeiro, evitar demonizar os beneficiários do Bolsa Família por conta das bets. (...) O limite zero para compra de apostas com o cartão Bolsa Família é um passo importante”
Wellington Dias
Desenvolvimento Social
.....

o tratamento para pessoas afetadas e com compulsão para jogos, assim como já fazemos para dependentes químicos.”

O governo também avalia mudar o titular do Bolsa Família caso ele tente usar o dinheiro do programa social em bets, como disse o próprio ministro na sexta-feira passada à *Coluna do Estadão*. “A proposta que eu estou apresentando é, num primeiro momento, uma advertência e um oferecimento de profissional de psicologia ou de outras áreas para o devido tratamento psicológico. Mas a reincidência já vai ser o bloqueio do cartão com a mudança de titular”, declarou Dias.

O ministro afirmou que a Receita Federal de Fiscalização do Bolsa Família e equipes do MDS estão trabalhando com profissionais de diversas áreas para sugestão de medidas com a Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Saúde e a Casa Civil. Ele afirmou ainda que a pasta também vai participar de audiência no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre apostas convocada pelo ministro Luiz

Fux, prevista para 11 de novembro. A audiência vai acontecer no âmbito de ação proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que pede a declaração de inconstitucionalidade da lei das bets – sancionada no fim do ano passado

ANTECIPAÇÃO. Além de novas medidas relativas a beneficiários de programas sociais – que não estavam nas portarias publicadas pelo Ministério da Fazenda –, o governo também estuda a antecipação de ações já previstas na regulamentação, mas que só passariam a valer em janeiro de 2025.

Entre as medidas que podem ser antecipadas, segundo apurou a reportagem, estão a proibição do uso de cartão de crédito para apostas, como vem solicitando o setor financeiro e o varejo, e as diretrizes para a publicidade dessas plataformas.

No ano passado, mais de 300 empresas de bets movimentaram entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em apostas no Brasil, quase 1% do PIB, segundo projeções da Strategy&Brazil, consultoria estratégica da PwC. O setor das bets, portanto, gira mais capital por ano do que grandes empresas, como Santander (R\$ 74 bilhões), Asaí (R\$ 72,8 bilhões), Gerdau (R\$ 68,9 bilhões) e Magazine Luiza (R\$ 63,1 bilhões). ●

Americanas tentou lastro de bancos e cogitou até venda

Talita Moreira, Adriana Mattos e Nelson Niero

De São Paulo A antiga diretoria da Americanas, hoje investigada por fraude, discutiu sobre como gostaria que fossem elaborados documentos enviado

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Exportação alta traz inflação de alimentos

Ritmo acelerado nas vendas externas de produtos agrícolas sustenta preço interno

Embora ainda em ritmo baixo, a pressão dos produtos agropecuários retorna à inflação. Após uma deflação de 0,29% em agosto, os alimentos terminam setembro com alta para os consumidores.

Em São Paulo, o aumento deverá superar 0,3%, com base nos dados mais recentes da Fipe. Entre as 15 principais elevações de preços no mês, 10 são de produtos vindos do campo.

A alta dos preços não ocorre por um crescimento de demanda interna, mas por uma aceleração das exportações. O mercado externo, embora tenha tendência geral de baixa dos produtos agrícolas, mantém alguns preços em patamar elevado, como o do café.

A proteína animal, com as exportações recordes, voltou a subir no mercado interno. A mais pressionada é a carne bovina, cujas vendas externas devem superar 200 mil toneladas em setembro. Os dados serão divulgados na sexta-feira (4) pela Secex.

Com a demanda externa aquecida, a arroba de boi gordo está sendo negociada a R\$ 274, com alta de 14% em setembro, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). A demanda externa puxa os preços internos.

Em setembro, um dos cortes mais procurados, o contrafilé, teve reajuste de 6% até a terceira quadrissemana do mês, segundo a Fipe. As exportações dão sustentação também aos preços do frango e da carne suína.

O café é um dos produtos com maior peso na inflação dos alimentos em setembro, com alta de 5% no supermercado, segundo a Fipe. Os preços não devem ter alívio nos próximos meses, devido aos efeitos do clima no Brasil e no Vietnã.

A antecipação de compra de café pelas empresas europeias, devido às incertezas geradas pela lei antidesmatamento, também pressiona os preços.

O arroz mantém valores elevados, com a saca próxima de R\$ 120 no Rio Grande do Sul. Um alívio no mercado internacional poderá vir da Índia, que retirou as taxas sobre as vendas externas do arroz branco.

A pressão nos preços internos do cereal, no entanto, continua nesta entressafra, que vai até o início do próximo ano. Para o próximo, a maior oferta de produto da Ásia e dos países da América do Sul deve acomodar os preços internacionais.

O plantio do cereal está acelerado nos países vizinhos. No Rio Grande do Sul, atinge 20%. A previsão de produção é boa na região, mas vai depender do clima.

O preço de parte dos produtos agropecuários recebidos pelos produtores em setembro está melhor que os de agosto. Isso ocorre em um período de custos menores do que os de 2023.

O trigo é exceção neste período de colheita no Brasil. A demanda nacional pelo produto externo cresce, mas a pelo interno continua limitada. Com isso, o cereal caiu 3% no mês.

Soja e milho, duas das commodities mais comercializadas internacionalmente, têm os preços influenciados pelo mercado financeiro e pelo clima. Os fundos de investimentos, com a queda dos juros americanos, voltaram às compras, o que fez o preço de Chicago subir, segundo Daniele Siqueira, da AgRural.

O clima incerto no Brasil nesta época de plantio também serviu de gatilho para a opção de compra dos fundos. Já as safras de soja e de milho vão bem nos EUA, embora tenham problemas pontuais.

0,3%

é a estimativa de aumento no preço dos alimentos para o consumidor em setembro, segundo a Fipe

R\$ 274

é o valor da arroba do boi gordo, alta de 14% no mês, puxada pela demanda externa aquecida, aponta o Cepea

CVM edita novo Fiagro em meio a crise no segmento

Em meio à crise pontual desencadeada pelo pedido de recuperação judicial (RJ) da varejista de insumos agrícolas Agrogalaxy, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) editou ontem a Resolução 214, que

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Clima adverso mundo afora encarece produtos agrícolas nas bolsas dos EUA

Mercado Em setembro, seca no Brasil sustentou altas de café, açúcar e soja; furacão nos EUA fez suco e algodão subirem; só cacau recuou, com previsão de maior oferta

A maio

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Potencial do biometano

Estudo aponta potencial para a produção de 6,4 milhões de metros cúbicos de biometano por dia no Estado de São Paulo, ou 2,3 bilhões de metros cúbicos por ano. A capacidade atual é de 0,4 milhões de metros cúbicos por dia, se

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Aumento da taxa básica de juros vai impactar resultado de companhias endividadas

Conjuntura Entre os segmentos mais afetados estão locadoras de veículos, varejo alimentar e têxtil, hospitais e laboratórios

O ciclo de alta da taxa Selic iniciado

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Distribuição de dividendos e ITCMD na reforma tributária

ARTIGO

José Andrés Lopes da Costa
Advogado, é mestre em Direito Tributário Internacional pelo IBDT-SP

A proposta de tributação pelo ITCMD sobre a distribuição desproporcional de dividendos, contida no Projeto de Lei Complementar (PLP) n.º 108/2024, é especialmente preocupante porque determina que a distribuição excedente ao percentual efetivo do capital social será tratada como transmissão não onerosa, sempre que o critério utilizado não for “plausível”. A primeira pergunta que se faz é: o que é plausível? Ou,

por outra, a quem cabe dizer o que é plausível ou não? Cremos que não se pode atribuir ao Estado, ou seus agentes, tamanho poder de interferência na esfera de autonomia privada sem ir de encontro aos artigos 170 e 174 da Constituição Federal, que protegem a liberdade de iniciativa e determinam que a intervenção estatal na atividade econômica deve ser sempre subsidiária e realizada estritamente na medida do necessário.

Impossível não lembrar também que o Direito Tributário não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado para criar novas hipóteses de incidência, chamando de transmissão não onerosa algo que evidentemente

te não é. Ora, se o Código Civil brasileiro, em seu artigo 1.007, confere aos sócios de sociedades limitadas ampla liberdade

PLP deve ser considerado ilegal e inconstitucional, já que sua aprovação pode resultar em graves distorções

para definir os critérios de distribuição de lucros, inclusive de forma desproporcional ao capital social, como ocorre há mais de cem anos, mais exatamente desde o Decreto n.º 3.708/1919, não cabe ao legislador tributário modificar por via transversa a legislação societária existente, criando desincentivos que, na prática, inviabilizariam a distribuição desproporcional de lucros, invadindo a esfera de liberdade individual daqueles que desejam, por qualquer que seja a razão, distribuir lucros de determinada sociedade de forma desproporcional.

Diante disso, é evidente que o PLP n.º 108/2024 é incompatível com o Código Tributário Nacional, com o Código Civil e os princípios constitucionais

da liberdade de iniciativa e da intervenção mínima do Estado. A medida desconsidera a autonomia privada, desrespeita a liberdade de iniciativa e promove uma intervenção estatal inadequada, desproporcional e irresponsável na economia. Em virtude dessas incompatibilidades, o PLP n.º 108/2024 deve ser considerado ilegal e inconstitucional, já que sua aprovação pode resultar em graves distorções, comprometendo a segurança jurídica e a estabilidade econômica. É essencial que o legislador reavalie essa proposta, assegurando que a política tributária seja formulada de forma coerente, eficiente e com respeito aos princípios fundamentais que regem o Estado Democrático de Direito no Brasil. ●

O setor agrícola alemão cobrou novamente o adiamento da entrada em vigor da lei europeia antidesmatamento (EUDR, na sigla em inglês). Em novo posicionamento, entidades afirmaram que é preciso controlar o “monstro burocrático” da nova legislação e prorrogar sua implementação, prevista para 30 de dezembro de 2024.

Leia também

Em comunicado conjunto divulgado nesta segunda-feira (30/9), a Associação Alemã de Agricultores (DBV), os proprietários florestais (AGDW), agricultores familiares e empresas florestais pediram a prorrogação do prazo. A intenção era influenciar uma reunião entre o presidente do partido democrata cristão alemão (CDU), Friedrich Merz, cotado para ser o próximo chanceler do país em 2025, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

O documento diz que o EUDR causará “perturbações massivas” na agricultura e silvicultura alemãs se o regulamento entrar em vigor no fim deste ano. O texto ressalta que o cumprimento da norma inclui “novos requisitos de documentação burocrática e regras impraticáveis”, como a geolocalização em pequena escala da exploração madeireira, das áreas de alimentação do gado e do cultivo de soja.

“Agora é a vez da Comissão Europeia impedir que algo pior aconteça. Se o EUDR entrar em vigor em 30 de dezembro de 2024, existe o risco de que numerosos proprietários florestais sejam excluídos do mercado e, portanto, de uma notável escassez de madeira para a indústria e os consumidores”, diz a AGDW no comunicado.

“Ursula von der Leyen e a sua equipe devem domar o monstro burocrático da EUDR e iniciar imediatamente o adiamento da regulamentação”, completou a AGDW.

O presidente da Associação Alemã de Agricultores (DBV, na sigla em alemão), Joachim Rukwied, disse que a Alemanha não tem problema de desmatamento e que a área florestal aumentou nos últimos anos. Mas que o procedimento burocrática da EUDR poderá gerar problemas para os produtores de madeira, carne bovina e soja.

“Esta é mais uma loucura burocrática que não ajuda ninguém, muito menos as florestas ameaçadas em outras partes do mundo”, alertou, na nota. “Precisamos de uma isenção para os estados membros onde não há problemas com desmatamento ou desmatamento ilegal”, completou.

No mesmo comunicado, Max von Elverfeldt, presidente das empresas familiares Land and Forest, explica que, além de adiar, é preciso rever o regulamento. “Não poderão ser aplicadas quaisquer outras exigências onerosas de prestação de informações às operações florestais em países como a Alemanha, onde não há risco de desmatamento. Caso contrário, as promessas de redução da burocracia permanecerão apenas da boca para fora”, afirmou.

A nota diz que os agricultores alemães e os proprietários florestais serão sobrecarregados. “Além do adiamento urgentemente necessário, as associações também pedem que a EUDR seja revista para não sobrecarregar desnecessariamente os agricultores locais e proprietários florestais”, enfatizaram as entidades.

Em julho, o ministro da Agricultura da Alemanha, Cem Özdemir, solicitou à Comissão Europeia o adiamento do início de vigência do EUDR. Em reunião do Comitê de Agricultura, ele expressou preocupação com o atraso nas regulamentações necessárias, que dificultam uma preparação adequada dos setores envolvidos. Na oportunidade, o ministério disse que os prazos apertados prejudicariam o cumprimento dos requisitos do regulamento.

No fim de agosto, o ministro, que pertence ao Partido Verde alemão, solicitou que o início da aplicação do EUDR seja adiado, por meio de carta dirigida ao vice-presidente executivo da Comissão Europeia e

Comissário interino para o Meio Ambiente, Maroš Šefcovic.

No início de 2024, 16 associações alemãs de produtores e comerciantes de produtos agrícolas já haviam cobrado adiamento. Em uma carta, elas apontaram que falhas governamentais impediam a implementação da EUDR.

“Doze meses antes de seu lançamento planejado, o setor agroalimentar considera que o regulamento da UE sobre cadeias de suprimento livres de desmatamento (EUDR) é amplamente impraticável. Não há uma lista concreta das informações a serem fornecidas e nenhum sistema de TI totalmente desenvolvido para os milhões de registros de dados necessários para fornecer evidências. A cooperação estatal necessária com países de origem importantes também está longe de ser alcançada. Como a Comissão da UE ainda não conseguiu esclarecer quase todas as principais questões de aplicação, existe o risco de que a economia não tenha tempo suficiente para implementar as novas disposições na prática. Esse temor foi expresso por várias associações agrícolas e alimentícias alemãs”, dizia a carta.

Dados apontam para mais deterioração da economia da China

Cenário Apesar da nova contração do setor industrial, mercado de ações se manteve em alta, com o pacote de estímulo da semana passada

A economia chinesas continuou perdendo força em setemb

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Israel inicia ofensiva terrestre contra o Hezbollah no Líbano

Forças israelenses iniciaram ontem um ataque terrestre contra o grupo extremista Hezbollah no sul do Líbano, pela primeira vez desde a guerra de 2006. De acordo com as Forças de Defesa d

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Lula prevê que acordo com
UE pode sair este ano e fala em ampliação

Relações externas Em encontro com empresários, presidente defende intensificar relações com México

Em visita oficial ao México, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirm

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Juro nos EUA Fed deve reduzir o ritmo de cortes nas taxas de 0,5 para 0,25 ponto percentual, diz JeromePowell

C2 Fed deve reduzir ritmo de cortes de 0,50 para 0,25 ponto, diz presidente

O presidente do Federal Reserve (Fed, banco central america

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Operadoras de portos elevam oferta para evitar greve nos EUA

Autoridades setoriais e do governo pressionavam ontem trabalhadores portuários dos EUA e seus empregadores para evitarem uma greve nos portos da Costa Leste e Golfo do México nesta semana

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Lei que cria crédito fiscal a hidrogênio é publicada

.....

EDUARDO RODRIGUES

BRASÍLIA

.....

Após sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a lei que cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC) foi publicada ontem no *Diário Oficial* da União (DOU). A medida concede crédito fiscal na comercialização de hidrogênio e seus derivados produzidos no território nacional.

Além de incentivar o desenvolvimento da cadeia do combustível, o PHBC tem como objetivo aplicar incentivos para o uso de hidrogênio de baixa emissão de carbono nos setores industriais de difícil descarbonização, como o de fertilizantes, o siderúrgico, o cimenteiro, o químico e o petroquímico. O programa também deve promover o uso do hidrogênio no transporte pesado.

LIMITES. O texto aprovado pe-

lo Congresso também traz limites globais crescentes para o crédito do PHBC, sendo de R\$ 1,7 bilhão em 2028, R\$ 2,9 bilhões em 2029, R\$ 4,2 bilhões em 2030, R\$ 4,5 bilhões em 2031 e R\$ 5 bilhões em 2032.

“O crédito fiscal de que trata o caput deste artigo corresponderá a um percentual de até 100% da diferença entre o preço estimado do hidrogênio de

.....

Incentivo

Medida concede benefícios na comercialização de combustível de baixo carbono produzido no País

.....

baixa emissão de carbono e o preço estimado de bens substitutos, nos termos do regulamento. O percentual do crédito fiscal concedido poderá ser inversamente proporcional à intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE) do hidrogênio produzido”, detalha a lei. ●

PEC permite turbinar crédito para agenda verde com R\$ 20 bi de fundos públicos por ano

Dinheiro poderá financiar o Fundo Clima, operado pelo BNDES; banco afirma não ter participado da elaboração da proposta

Adriana Fernandes
e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) incluiu numa PEC (proposta de emenda à Constituição) dispositivo que permite destinar até 25% do superávit financeiro de fundos públicos do Executivo ao financiamento de projetos ligados a ações de enfrentamento a mudanças climáticas e de transformação ecológica.

Um dos focos é garantir maior volume de recursos ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), segundo informaram à Folha pessoas do governo. Se aprovada, a mudança valerá entre 2025 e 2030, mediante devolução gradual dos recursos a partir de 2031.

Procurado, o Tesouro disse que usará a desvinculação “caso necessário e na medida do necessário”. Segundo o órgão, a expectativa é recorrer a “no máximo” R\$ 20 bi ao ano. Em 2024, o governo já desvinculou R\$ 20 bi do Fundo Social para destinar ao BNDES.

“Ao todo, a expectativa é que a medida possibilite manter à disposição entre R\$ 10 [bilhões] e R\$ 20 bilhões para dar suporte financeiro reembolsável em caso de necessidade”, diz, em nota.

O Tesouro não divulga o valor agregado nestes fundos, mas enviou à reportagem portaria a partir da qual foi possível calcular saldo de R\$ 228 bilhões em 31 de dezembro de 2023.

Nem todos podem ser desvinculados. O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e o FGE (Fundo Garantidor de Exportações), por exemplo, reúnem juntos R\$ 103 bilhões no fim de 2023, mas têm obrigações a honrar.

Segundo a nota, “o mecanismo é relevante para dotar o governo federal de capacidade de responder a eventos decorrentes das mudanças climáticas ou de insuficiência financeira no Fundo Clima, e sua efetiva utilização a partir de 2026, em caso de aprovação pelo Congresso, dependerá da ocorrência, necessidade e intensidade de eventos climáticos”.

O órgão diz ainda que não há definição dos bancos que poderão usar os recursos, mas o BNDES já opera o Fundo Clima.

Por isso, a medida tem potencial para ampliar o poder da instituição, que já teve papel de protagonismo em gestões anteriores do PT. O BNDES já tem recebido aportes bilionários e ganhou novo instrumento com incentivo fiscal para captar recursos.

A eventual aprovação da PEC é vista com preocupação por uma ala de técnicos do Tesouro, pois os financiamentos do BNDES pa-



O presidente Lula durante assinatura do Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes, em agosto Lucio Tavora - 21.ago.24/Xinhua

rações ligadas ao clima têm juros ao redor de 6% ao ano, ou até menos, abaixo do que a União paga para se financiar no mercado.

Também são inferiores aos ganhos com a conta única do Tesouro, onde está depositado o dinheiro do governo, que tem remuneração próxima à Selic (hoje em 10,75% ao ano).

Ou seja, embora o repasse de recursos desvinculados não interfira na meta fiscal ou nas regras do arcabouço, contribui para impulsionar a dívida bruta, pois a União assumirá fatura de subsídios implícitos nessas operações.

Por outro lado, a dívida líquida do setor público (que desconta da dívida ativos e reservas internacionais) não muda significativamente, pois o dinheiro é um ativo da União junto ao BNDES.

No banco, a avaliação de técnicos é que a medida não eleva recursos que já estavam programados para os próximos anos, mas diversifica a fonte do dinheiro.

A autorização foi incluída na PEC 66, aprovada pelo Senado em agosto, com apoio de gover-

nistas e opositores, pois trata de alívio financeiro para municípios.

Procurado, o BNDES diz que não participou da construção da PEC 66. O banco diz que as aplicações do Fundo Clima seguem as definições estipuladas pelo Comitê Gestor do fundo e o CMN (Conselho Monetário Nacional).

O banco não respondeu se vê risco dessas operações repetirem o que aconteceu no passado com os empréstimos do Tesouro.

A PEC não cita nominalmente o BNDES, por isso não chamou a atenção na tramitação. O relator, senador Carlos Portinho (PL-RJ), opositor, diz que o trecho foi pedido do governo.

“Dentro da negociação para poder ter os votos, entre outras questões que o governo inseriu, esse [ponto] foi exclusivamente inserido pelo governo.” O texto foi aprovado sem votos contrários e aguarda votação na Câmara.

A desvinculação é fórmula similar ao receituário adotado em governos anteriores do PT, quando o Tesouro fez empréstimos diretos vultosos ao BNDES para impulsionar financiamentos subsidiados e acelerar o crescimento.

Os aportes, muitos deles autorizados por MPs (medidas provisórias), superaram os R\$ 500 bilhões entre 2008 e 2014, com alto custo para o Tesouro. Anos depois, o TCU (Tribunal de Contas da União) considerou os repasses irregulares e antecipou a devolução de parte do dinheiro. Agora, a desvinculação é prevista em uma PEC.

O Tesouro diz que “não há menção na norma quanto a taxas e eventuais subsídios, explícitos ou implícitos”, mas acrescenta que, se houver custos, eles serão devidamente informados.



Sua efetiva utilização [do mecanismo] a partir de 2026, em caso de aprovação pelo Congresso, dependerá da ocorrência, necessidade e intensidade de eventos climáticos

Tesouro Nacional
em nota